----------ATA Nº. 6----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2018: Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período da Ordem do Dia: Votação da Ata n.º 5; ----------

1) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------
2) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------
3) Associação Nacional de Assembleias Municipais – Proposta de Adesão; ---------
4) Nuno Miguel Ferreira Melo – Pedido de suspensão de mandato; ----------
5) Proposta n.º 12/2018 – Código de Ética e de Conduta da Câmara Municipal de Mealhada; ----------
6) Proposta n.º 45/2018 – Alienação de lotes na Z.I.P. - Ratificação da Deliberação de alteração do preço de venda do lote n.º 33 da Z.I.P.; ----------
7) Proposta n.º 47/2018 – Adesão do Município de Mealhada ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia – Covenant os Mayors for Climate&Energy; ----------
8) Proposta n.º 54/2018 – Proposta de Adesão à Federação dos Caminhos de Santiago; ----------
9) Proposta n.º 55/2018 – Dissolução da WRC; ----------
10) Programa de Apoio à Natalidade e ao Desenvolvimento Local – Informação n.º 30/AS/2018. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, a Senhora Presidente da Mesa referiu que o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, iria proceder à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Susana Catarina Simões de Almeida, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro e Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se por Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Cristiana Raquel Alves Duarte, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, António Nogueira das Neves e Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos. O Senhor Deputado Municipal, Jorge Manuel Ferreira Rama, não esteve presente na sessão. A Senhora Deputada Municipal, Paula Cristina C. P. Machado Pinto, convocada em substituição de Nuno Miguel Ferreira de Melo, não esteve presente na sessão. O Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Casal Comba solicitou a sua substituição pelo Senhor Manuel Lindo Cardoso. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara, Rui Manuel Leal Marqueiro e Vice- Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo

André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: ----------

1) O Senhor Pedro Carvalho, residente no Luso, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez referência a dois assuntos : o buraco existente entre o lago e o pavilhão desportivo, com todas as consequências nefastas que daí advêm como o encerramento do pavilhão, da piscina, do restaurante, da queda do nível das águas do lago e das perturbações para a população do Luso e o desabamento de terras na Quinta do Alberto. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que elucidasse a população do Luso sobre estas situações e a resolução das mesmas, pedindo a melhor atenção e a utilização de um meio esclarecedor, especialmente do povo de boa fé, que espera que a equipa em funções as resolva da melhor forma (inicio: após 10 minutos; fim: após 16 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que o aluimento junto do pavilhão foi no dia 3/4/2018 e assim que teve conhecimento deslocou-se ao local e ficou apavorado, tendo chamado logo o Senhor Eng.º Calisto, que foi fiscal da obra, a Senhora Eng.ª Teresa, que também acompanhou a obra e contactado a empresa que fez a obra. No próprio dia 3/4/2018 e 4/4/2018 foi de imediato feito o seguinte : desligada a rede de drenagem das águas pluviais do pavilhão, das águas residuais da piscina e cafetaria porque estão localizadas nessa zona; desligada a rede de iluminação exterior decorativa; desligada a rede de abastecimento de gás, e ainda foram tomadas medidas adicionais de segurança, como o desvio de águas a montante provenientes da Fonte de São João, do Grande Hotel do Luso e do lago do parque; interdição do edifício de apoio à piscina; definido e implementado um perímetro de segurança alargado devido às condições climatéricas existentes prevenindo a repercussão na estabilidade do subsolo; efetuados comunicados de alerta e avisos públicos à população. Informou que nos dias 4, 5 e 6 de abril, iniciaram-se os trabalhos de monotorização de terras em volta da cratera para diminuir a pendente das paredes da cratera, desobstruir os circuitos de água subterrâneos e permitir a circulação de água para que esta não prejudicasse as fundações das estruturas do pavilhão. Mais tarde, o engenheiro da empresa construtora deu garantias que, provavelmente, o pavilhão não colapsaria porque foi feito em estancaria, o que não era visível. ---------

A empresa Prioridade foi contactada, com caráter de urgência, para a disponibilização de maquinaria pesada, que o Município não dispõe, e em simultâneo, contactada a empresa Teixeira Duarte, empresa construtora do pavilhão, cujos técnicos, acompanharam à distância, através de vídeos, a execução e a evolução dos trabalhos, tendo-se deslocado ao local, no dia 10/04, para avaliar as condições de segurança do edifício e ajudar na procura duma resolução do problema, em conjunto com os técnicos do Município e da Prioridade. ----------

Nas semanas seguintes foram efetuados trabalhos de pesquisa para identificação do traçado do rio velho e testado o estado de conservação do aqueduto que o transporta, bem como de outras linhas de água que circulam nas imediações, assim como, prospeção direta, mediante escavações, inspeção vídeo, limpeza parcial do leito do rio velho e prospeção por georadar. ----------
Acrescentou que foram utilizadas as melhores e as mais capazes tecnologias que existem no País, o que pode ser comprovado por quem quiser ir a uma reunião. ----
Informou também que a Prioridade fez sondagens na frente do pavilhão para localizar a existência de mina e nos dias 11 e 12 foi delimitado o terreno contíguo da Fundação Bissaya Barreto, que será adquirido pela Câmara Municipal. Também no dia 12/04 foi remetido pelo hidrogeólogo da Sociedade todos os elementos de que dispõe para auxiliar na deteção do problema. ----------
Uma equipa da Universidade de Coimbra realizou um trabalho de inspeção geofísica para mapeamento de estruturas, através de método radar de penetração do solo porque debaixo do pavilhão há mais água. ----------
Nos dias 20, 23 e 24 também foram realizados trabalhos de limpeza de desobstrução e inspeção de vídeo dos coletores da zona do pavilhão e a 2/05 foi rececionado o relatório de inspeção da limpeza e desobstrução realizada pela Hidromaster. No dia 4/5 foi solicitado à DEP (Divisão Educação e Desporto) uma avaliação exaustiva sobre a infraestrutura de abastecimento de gás no pavilhão e na piscina e no dia 22/5 foi retirado o depósito de gás. ----------
No dia 3/06 foi publicado o aviso do concurso da empreitada da construção de aqueduto e reparação do troço do viveiro do Luso com o prazo de cinco dias para a apresentação de propostas atendendo à elevada urgência; no dia 22/06 foi notificada a adjudicação com a data de início da obra para o dia 9/07. ----------
Relativamente à questão da derrocada de terras da Quinta do Alberto explicou que a primeira medida tomada foi de segurança, com a colocação de material em cimento, para proteção da zona, e imediatamente a seguir, foi feito o contacto com geólogos credenciados para a Câmara saber o que deveria fazer. Informou que já existem duas propostas com duas fases de trabalho: uma são os planos de execução imediata, e posteriormente, o lançamento do concurso público urgente. Acrescentou que a resolução da questão não se resume a remover do local o que caiu, mas sim, em como evitar que volte a acontecer no futuro (inicio: após 16 minutos; fim: após 30 minutos) ----------
2) O Senhor Óscar Manuel Ferreira Carvalho, residente no Luso, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que na assembleia realizada em abril, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara informações sobre o estudo feito à rede de saneamento básico do Luso, tendo o mesmo informado que estavam a visualizar o filme, solicitando agora esclarecimentos sobre o assunto porque teve a informação que parecia haver problemas na Avenida Navarro, e a hipótese de chegar à Fonte de São João era uma preocupação. ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a rede de saneamento do Luso, para além de existir em vídeo,

também tinha sido feito um levantamento para ser introduzido no sistema de informação geográfica e que seria realizado um estudo aprofundado da situação para saber como e quando deveria haver uma intervenção. (inicio: após 30 minutos; fim: após 32 minutos) ----------

O Senhor Óscar Carvalho, voltou a intervir, para perguntar se haverá alguma hipótese de contaminação do aquífero, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que não, e acrescentado que, periodicamente, são feitas análises à água (inicio: após 32 minutos; fim: após 37 minutos) ----------

3) O Senhor Raul Simões de Aguiar, residente no Luso, pediu a palavra, e no uso da mesma, colocou questões sobre o Bussaco, o projeto Bright e o impacto da recusa da candidatura de um projeto que tem dado vida à Mata. Perguntou o que aconteceu ao rio velho quando o pavilhão foi construído e questionou ainda sobre o período de tempo em que a piscina iria estar encerrada, sugerindo que a Câmara Municipal solicitasse a utilização da piscina do Grande Hotel do Luso, por parte de pessoas não hospedadas, mediante o pagamento do mesmo valor que pagariam pela utilização da piscina municipal. Solicitou ainda informação sobre o valor pago pela Caixa de Crédito Agrícola pela utilização do quiosque da Câmara. De seguida, dirigiu-se à Senhora Presidente da Assembleia e sugeriu que, para além dos membros da Câmara, fossem também notificados para estarem presentes, os representantes das empresas, para prestarem esclarecimentos, quando fossem solicitados e sugeriu ainda a alteração da alínea dois, do artigo trinta e cinco, do Regimento, relativamente ao tempo destinado às intervenções do público, uma vez que o mesmo tem que ser utilizado duma só vez, não permitindo a argumentação e ou o contraditório. (inicio: após 37 minutos; fim: após 43 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a candidatura é denominada Life, sendo Bright uma aplicação de Life, no Bussaco e de facto houve uma candidatura com o acrónimo acácias, que não foi aceite, com o argumento, por parte da comissão de gestão desse programa comunitário, que não tinham sido enviados os estatutos da Fundação, o que considera estranho porque os estatutos são públicos e publicados no Diário da República. Informou que o projeto Life teve algumas alterações nos seus regulamentos e após visita, ao Bussaco, do Professor Humberto Rosa, representante português na Comissão Europeia, foram sugeridas melhorias na candidatura tendo sido contratado um técnico e, em outubro, será apresentada nova candidatura. ----------

Relativamente ao rio velho, afirmou que, pelo que sabe, contínua no local a cerca de quatro a cinco metros de profundidade abaixo do piso, o que estaria relacionado com a derrocada. Quanto à utilização da piscina do Grande Hotel do Luso é uma ideia que poderá ser considerada junto da administração do Grande Hotel. Esclareceu que a Câmara não cobra qualquer valor pela utilização pela Caixa de Crédito Agrícola do quiosque com a máquina de multibanco para que haja multibanco no Luso (inicio: após 43 minutos; fim: após 51 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que o Regimento da Assembleia Municipal foi aprovado pela Assembleia Municipal, tendo por base a Lei das Autarquias Locais e quanto ao funcionamento prevê a existência de três partes: a Intervenção do Público, o Período Antes da Ordem do Dia e o Período da Ordem do Dia, tudo com uma duração máxima de quatro horas e meia cada reunião. Informou ainda que qualquer membro da Assembleia pode propor alterações mas até aquela data não tinha sido apresentada nenhuma. Quanto à presença de representantes de empresas, na Assembleia, referiu que sempre que há assuntos específicos e sobre os quais podem ser colocadas questões que careçam de esclarecimentos de ordem técnica, a Câmara Municipal solicita a presença dos técnicos, contudo, mesmo que não estejam presentes e seja colocada alguma questão, é remetida aos respetivos serviços para esclarecimento. (inicio: após 51 minutos; fim: após 57 minutos) --------
Não tendo havido outras intervenções do público, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------
Inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais: Luís Brandão, Raul Rodrigues, Gonçalo Lopes, Isabel Luzeiro e Paula Coelho ----------
1) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu ser preocupante o estado de sítio em que se encontra a Vila de Luso : o pavimento na entrada partido, considerando perigoso para a circulação; o jardim do lago muito pouco cuidado; uma derrocada de terras em frente ao casino, no centro da vila; um aluimento de terras no Pavilhão Municipal, o que impede a normal utilização do pavilhão, do lago e da piscina municipal. Afirmou que o Luso se encontra de castigo, questionando o executivo camarário sobre o modo como irá compensar o Luso, as suas gentes e os empresários, pela perda brutal no Verão 2018. (inicio: após 57 minutos; fim: após 01 hora e 03 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que quando foi muito criticado pela aposta no segundo quadro comunitário de apoio, para investir fortemente no Luso, aguentou fortemente e foi assim que foi construído o pavilhão, os campos de ténis, a cafetaria e foram remodeladas as estradas do Luso. Afirmou que os problemas do Luso serão resolvidos e que está em avançado estado de preparação a intervenção no cinema e no parque de estacionamento. Considera o Luso uma terra muitíssimo importante e a conjugação entre a Vila de Luso e a Mata Nacional da Serra do Bussaco, com toda a sua beleza natural, biodiversidade, história, história religiosa e história militar, pode constituir um produto turístico muito interessante. Relativamente ao estado do piso referido, informou que a obra ainda não tem uma receção definitiva e que existem garantias bancárias, mas sendo Luso visitado por centenas de camionetas cheias de pessoas e carga, se calhar, a opção em termos de material, não foi a melhor, mas a obra foi projetada assim, foi cofinanciada pelos fundos comunitários e terá que se manter assim durante cinco anos, após a receção definitiva. Contudo, reconhecendo algumas insuficiências, a Câmara tentará junto do empreiteiro, a reposição do mesmo, no que forem as suas obrigações e usando as garantias bancárias. Acrescentou que o Luso não está de castigo e que quem esteve de

castigo foi o Município todo porque os quinhentos mil euros que irão ser gastos no Luso vão ter de ser retirados a alguém porque o dinheiro não e elástico. (inicio: após 01 hora e 03 minutos; fim: após 01 hora e 14 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Raul Rodrigues, pediu a palavra, e no uso da mesma, questionou pela resposta aos esclarecimentos solicitados ao Revisor Oficial de Contas que auditou e certificou as contas do Município (inicio: após 01 hora e 14 minutos; fim: após 01 hora e 15 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa esclareceu foram feitas chegar ao destinatário as questões colocadas mas que ainda tinha sido rececionada a resposta. (inicio: após 01 hora e 15 minutos; fim: após 01 hora e 16 minutos) ----------
3) O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Melo, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu o seguinte: ----------
"Proposta: Recomenda à Câmara a agilização de procedimentos no sentido da limpeza imediata das bermas, valetas e passeios do concelho, nomeadamente ao longo da Estrada Nacional / IC2 ----------
O Bloco de Esquerda vem mais uma vez dar nota da degradação e desleixo dos espaços públicos do concelho, nomeadamente de valetas, bermas e passeios em que as ervas crescem a céu aberto, dando uma péssima imagem a quem entra no nosso concelho e constituindo um problema em termos de saneamento. Esta realidade é visível também ao longo da Estrada nacional 1 /IC2. ----------
Tendo noção que: ----------
a) a Mealhada é uma região que vive em grande parte do turismo gastronómico e de que gosta de receber bem quem a visita; ----------
b)apesar da delegação de competências das Câmaras nas Juntas de Freguesia para a limpeza destes espaços, ela nem sempre condiz com transferências de verbas ou de recursos necessários e eficazes para esse serviço; ----------
c)parte da responsabilidade da limpeza do IC2, uma via nacional, depende de vários organismos externos como as Estradas de Portugal; ----------
A Assembleia Municipal de Mealhada, reunida em Sessão Ordinária 29 de junho de 2018, delibera: ----------
Recomendar à Câmara que agilize todos os procedimentos de modo a: ----------
Agilizar urgentemente meios e recursos ao seu alcance para proceder à imediata limpeza daqueles espaços no concelho. ----------
1) Exigir a organismos como as Estradas de Portugal (EP) e a outras entidades que considerar visadas, a limpeza imediata daqueles passeios, bermas e valetas, ao longo do IC2, salientando-se o impacto negativo que estão a ter na boa imagem de uma região conhecida e visitada pelas suas quatro maravilhas e por se tratar de uma questão de saneamento que urge resolver. ----------
Assembleia Municipal da Mealhada,29 de junho de 2018 ----------
O deputado do Bloco de Esquerda, Gonçalo Lopes. ----------
"O Bloco de Esquerda pretende obter um esclarecimento sobre a falta de reuniões do Conselho da Juventude, tendo sido realizada apenas uma a 26 de janeiro. A segunda reunião foi cancelada sem o devido reagendamento. A preocupação do

Bloco prende-se com o facto do Conselho da Juventude ser o local onde se deve realçar a cooperação entre as várias associações de jovens do Concelho da Mealhada, de forma a mantê-los ativos e informados sobre as mais variadas temáticas, quer sejam políticas, sociais, ambientais, entre outras. ----------
Os jovens de hoje são a continuidade e a prosperidade do hoje e no amanhã. Pelo que nos cabe a nós a responsabilidade de enaltecer o comportamento pró-social que estes jovens demonstram em cada uma das suas associações, valorizando os seus comportamentos altruístas e de inter-ajuda, que contribuem para a construção e manutenção de uma sociedade mais justa, humanizada e menos individualista. -----
Mealhada, 29 de junho de 2018 ----------
O deputado municipal do Bloco de Esquerda, Gonçalo Lopes" (inicio: após 01 hora e 16 minutos; fim: após 01 hora e 18 minutos) ----------
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que desde abril, a Câmara já tinha feito, pelo menos, três notificações, à Infraestruturas de Portugal, para procederem à limpeza do IC2 e nada foi feito. Por isso, os serviços municipais decidiram fazê-la mas com a contabilização de todo o serviço prestado para serem apresentadas contas ao I.P. Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude informou que tinha sido convocada outra reunião, para além da referida em janeiro, mas a mesma não se realizou por falta de quórum, estando prevista outra convocatória para o mês de julho. (inicio: após 01 hora e 18 minutos; fim: após 01 hora e 24 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda. Votaram contra os Senhores Deputados Municipais: Manuel Amorim da Silva, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Paula Ribeiro Coelho, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, António da Silva Laranjeira, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques do Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos e o substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, Senhor Manuel Lindo Cardoso; votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Cristiana Raquel Alves Duarte, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, António Nogueira das Neves, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues. ----------
A Proposta foi rejeitada, por maioria, com doze votos contra, cinco abstenções e oito votos a favor. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
A Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto: ----------
"Da leitura da proposta de recomendação apresentada, decorre que a responsabilidade da limpeza da IC 2 é da responsabilidade da Câmara Municipal e

a verdade é que a Câmara Municipal não tem responsabilidade na limpeza da IC 2, isto cabe dentro da responsabilidade da Estradas de Portugal, é evidente que isto é uma interpretação pessoal. Agora quando se diz, recomenda à Câmara Municipal o procedimento da limpeza no sentido imediata das bermas, valetas e passeios do Concelho, nomeadamente ao longo da Estrada Nacional IC 2, eu tenho que entender que se refere única e exclusivamente à IC 2, embora entenda que o espírito seria a limpeza geral do Concelho e naturalmente eu concordo com a limpeza das valetas de todo o Município e das bermas, mas aquelas que são da responsabilidade da Câmara Municipal, não no IC 2 e dai o meu voto contra". (inicio: após 01 hora e 26 minutos; fim: após 01 hora e 32 minutos) ----------

4) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Luzeiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, afirmou que o Luso faz parte da vida das pessoas do Concelho e que se quer o melhor para o Luso, contudo, entende que não há dinheiro para implementar e incrementar de uma maneira súbita, as necessárias obras no Luso, mas a Câmara Municipal tem tido entusiasmo para melhorar as condições. ----------

Lamentou o que se passa com a Pampilhosa, onde foram encerradas fábricas, onde não há trabalho, tudo ruiu e não há gente nova para investir. Acrescentou que o caminho de ferro que serviu tantas vezes a população e era uma das riquezas da Pampilhosa, também está a cair. Felicitou a Câmara por todo o tipo de trabalho que vem realizando para o desenvolvimento do Concelho e referiu que na Pampilhosa deveriam ser incrementadas medidas, como por exemplo, a reabilitação das fábricas em ruínas, a permissão para a instalação de um hipermercado, para serem criados novos postos de trabalho que fixassem os mais novos à terra, e ainda, a dinamização cultural. Concluiu, chamando a atenção para o facto de nalgumas zonas da Pampilhosa, as valetas serem muito profundas, o que provoca, várias vezes, queda de pessoas. (inicio: após 01 hora e 32 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a Câmara analisou a intervenção na Zona Baixa da Pampilhosa, na Rua da Estação, na Rua dos Bombeiros e o projeto da travessia da estação que passará a ter elevadores, assim como, melhoramentos substanciais na estação, como aconteceu com algumas estações da linha do norte, conforme promessa da Infraestruturas de Portugal. Poderá haver um ressurgimento da estação da Pampilhosa, mas não será pela via de passageiros, mas pela via de mercadorias. --

Referiu ainda que teve a informação que será feita uma ligação da linha do Norte direta para a Beira Alta, pelo que muitos comboios que venham do Norte, com destino ao estrangeiro, não passarão na Pampilhosa e só haverá trânsito de mercadorias pela Pampilhosa dos comboios que venham do Sul. ----------

Informou que a Câmara Municipal pondera a aquisição de um terreno para associar a um outro terreno que já é municipal, criando uma área que poderá ser aproveitada, mas os investimentos são pesados. Na área da cultura, a Câmara recuperará uma casa que foi hotel, o Chalet Suisso, o que será uma grande aposta. ----------

Acrescentou ainda que espera, finalmente, que o GIR possa ver as suas instalações acabadas para que possa haver cinema, teatro e outras manifestações culturais.

Afirmou que a Pampilhosa é rainha porque tem o maior número de associações culturais e uma grande tradição nesta área. Terminou afirmando que a zona industrial de Viadores, não obteve, no seu entender, os objetivos que inicialmente se tinham traçado, apesar de ter gerado postos de trabalho. (inicio: após 01 hora e 32 minutos; fim: após 01 hora e 45 minutos) ----------

5) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, que referiu que as questões que pretendia colocar já tinham obtido resposta, pelo que nada mais tinha a acrescentar. ----------

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 5. ----------

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 5, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Paula Ribeiro Coelho, Cristiana Raquel Alves Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo, António Nogueira das Neves, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; abstiveram-se, os Senhor Deputado Municipal, Bruno Manuel Pereira Coimbra, por não ter estado presente. ----------

A ATA n.º 5, foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, António Nogueira das Neves e Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, António Neves, no uso da palavra leu o seguinte: *"1. O PCP entregou à mesa da assembleia um requerimento em que é solicitado à senhora presidente que faça chegar, a seu tempo, um conjunto de questões relativas a um assunto tratado na última sessão, no dia 13 de abril. Trata-se da regularização de vínculos precários que aqui foi discutida e levou à aprovação de uma alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal, que nós também votámos favoravelmente.* ----------

Na discussão do assunto, fizemos algumas considerações e colocámos algumas questões – outros também o fizeram – que não obtiveram resposta. O senhor presidente da câmara agastou-se, apoucou as perguntas e os seus autores, brindando a assembleia com um adágio popular que nos pôs na figura de sapateiro

a querer ir além da chinela, e invocou argumentos de autoridade que não são suficientes nem nesta, nem noutras matérias. Responder aos desafios e às perguntas, isso não fez. ----------
O PCP requer, desta feita por escrito, a resposta às perguntas que entende ser seu dever fazer acerca do processo de regularização de vínculos que, defendemos, não pode nem deve estar encerrado. ----------
Para além disso, no âmbito deste ponto da ordem do dia, o PCP tem algumas outras perguntas que pretende ver respondidas. ----------
2. À hora que decorre esta sessão, reúne a assembleia geral de sócios do Grémio de Instrução e Recreio da Pampilhosa. E é sobre o cineteatro do GIR que queremos colocar algumas questões. Ainda que possam ser reincidências de outras que fizemos em sessões anteriores, precisamos de ver atualizadas as respostas. --------
O cineteatro continua sem estar pronto. Não vemos sinais de que os trabalhos avancem. Sabemos que no orçamento municipal há verba prevista para este fim. ---
O que é que o executivo pode dizer sobre este processo, cuja conclusão e abertura ao público tarda e já se vai tornando caricato? ----------
Há alguma inação da câmara ou dos serviços que dela dependem que possa, eventualmente, estar a contribuir para que as obras não avancem e a sala, devidamente renovada, continue por inaugurar? ----------
3. Relativamente ao Chalet Suisso, na Pampilhosa, qual é o ponto em que estamos?
4. Nas últimas sessões, esta assembleia contou com a presença de munícipes que aqui trouxeram preocupações, discordâncias, críticas em relação a problemas que entendem ser importantes para o Luso. Há quem não tenha gostado do estilo, quem não tenha gostado das críticas, naturalmente, quem não as considere justas; há também quem suporte mal as críticas à ação da Câmara. Mas esses cidadãos têm o direito e o dever de dirigir críticas e colocar perguntas e obter as respostas possíveis. ----------
Desta vez somos nós que aqui trazemos algumas perguntas sobre o Luso, procurando alguns balanços em relação a preocupações que nos chegaram: --------
A derrocada verificada na zona da Quinta do Alberto, junto à rotundo, mantém-se na mesma. Em que ponto estão os estudos necessários à resolução do problema? Sabendo que as condições climatéricas não têm ajudado, quando se prevê o arranque dos trabalhos? Se não for para já, está em vista alguma solução provisória que minimize os impactos negativos que a derrocada tem naquela zona, tendo em conta, até, a época estival em que já entrámos? ----------
Como estamos relativamente ao problema, tudo indica grave, do Pavilhão Municipal do Luso? Registámos a preocupação do executivo pela possível complexidade do problema. De qualquer modo, têm-nos referido que não se veem movimentações. O que é possível dizerem-nos? Já agora, permitam a sugestão: no site da autarquia permanece a informação da decisão de interditar o Pavilhão; talvez fosse oportuno, para que os munícipes possam acompanhar, atualizar a informação com os dados entretanto recolhidos e as previsões que a Câmara possa, de momento, fazer. ------

Chegaram-nos notas, também, de que a conservação de alguns espaços verdes no Luso não está nos seus melhores dias. O que é possível dizerem-nos sobre isto? Tem havido alguma dificuldade? A responsabilidade é da Junta de Freguesia, é da Câmara ou das duas? ----------
Pelo PCP, António Neves" (inicio: após 01 hora e 47 minutos; fim: após 01 hora e 50 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, no uso da palavra leu o seguinte pedido: *"Esclarecimento sobre o documento onde são descritas atividades e iniciativas do setor social durante o período de vinte e três de março e catorze de junho de dois mil e dezoito, é referido o Banco de Voluntariado de Mealhada onde surgem contabilizadas duas ações. O Bloco pretende ser elucidado sobre o trabalho que é levado a cabo por este banco de voluntariado, de que forma é feita a parceria com as várias associações, instituições do Concelho, ligadas ao voluntariado. Se as várias associações, instituições, têm pessoas competentes que exercem as suas funções, quer seja na seleção de voluntários para as mais diversas áreas, quer seja no cumprimento das tarefas para as quais têm a devida formação. O que é que o Banco de Voluntariado de Mealhada, acrescenta, e se não poderá estar a desvalorizar o trabalho realizado por essas associações e instituições ou mesmo o seu espaço ficar comprometido".* (inicio: após 01 hora e 50 minutos; fim: após 01 hora e 52 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu que o pavilhão teve que ser interditado porque ficou sem rede de saneamento, sem abastecimento de gás e sem água; quanto às condições de segurança, esclareceu que, tanto quanto se sabe, não corre o risco de ruir, mas não é aconselhável que se exerça demasiada pressão, não só porque o rio velho está manilhado, mas também porque na zona há mais águas que são detetadas por georadar e não se deve arriscar nada e alguém cair num buraco de sete metros, com consequências graves. Acrescentou que no Município existem outros pavilhões e as equipas continuam a ir para o concelho, encontrando-se até a seleção nacional de hóquei em patins no hotel do Luso e a treinar na Mealhada. ----------
Quanto aos espaços verdes, a Câmara teve dificuldades na contratação de pessoas tendo decidido entregar esse trabalho a empresas, mas com a prática percebeu-se que eram lestos a apresentar as faturas para pagamento mas muito lentos a fazer os trabalhos e que o faziam muito mal, decidindo a Câmara, terminar com esse serviço. Com o tratamento dos espaços verdes foi gasto o montante de duzentos e cinquenta e quatro mil euros e com esse dinheiro seria possível fazer mais e melhor, se houvesse gente para trabalhar. Perante a dificuldade na contratação, a Câmara irá tentar outro modelo de contratação, com contratos a termos certo, sendo necessário criar lugares no quadro. Quanto ao GIR esclareceu que surgiram problemas na construção e que o apoio financeiro seria concedido após a celebração de um protocolo, o que ainda não aconteceu porque a direção ainda não o aprovou. Houve alterações da obra que aumentaram o custo em cerca de meio milhão de euros, para além do quatrocentos e tal mil euros que a Câmara já tinha entregue.

Informou ainda que a Câmara tem apoiado financeira e tecnicamente a obra e que o projeto elétrico se encontra pronto e que teve algum atraso porque foi necessário saber quais as paredes a demolir. Acrescentou que sobre as questões colocadas sobre a informação do setor social, solicitava a intervenção do Senhor Vereador responsável pelo pelouro. (inicio: após 01 hora e 52 minutos; fim: após 02 horas e 12 minutos) ----------

O Senhor Vereador Nuno Canilho referiu que o Banco do Voluntariado Municipal não é concorrencial com ninguém, mas antes, colaborativo e desenvolve uma ação muito relevante junto da Rede Social e das instituições que a compõem e que os voluntários que se inscrevem podem trabalhar noutras instituições da Rede Social ou não. (inicio: após 02 hora e 12 minutos; fim: após 02 horas e 14 minutos) ---------

3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, António Neves. ----------

O Senhor Deputado Municipal, António Neves, no uso da palavra leu a seguinte intervenção: ----------

"Voltamos, neste ponto, ao tema da precariedade laboral e da regularização de vínculos. ----------

Sabemos da necessidade e do interesse da contratação de serviços de veterinária pela Câmara, com protocolo com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária. Acompanhámos, aliás, a decisão relativa ao protocolo. A contratação foi feita em regime de prestação de serviços, modalidade de avença, e corresponde a cinco dos itens da listagem de compromissos plurianuais que nos foi enviado. ----------

Não deixa de ser paradoxal, no entanto, que as câmaras que estão obrigadas a regularizar vínculos precários continuem, afinal, a recorrer a eles, como é este e outros casos, mesmo quando se trata de situações em que a precariedade não se justifica. ----------

(Já agora, esta nossa perplexidade estende-se, como é evidente, ao governo do PS. Como é possível, por exemplo, que o governo que diz querer e estar a combater a precariedade laboral na administração pública, que lança essa coisa do PREVPAP, tenha, ao mesmo tempo, o desplante de lançar concursos para cerca de 2000 trabalhadores na área da saúde, exclusivamente para contratos a termo?! Porquê? Será que nas necessidades que justificam o recrutamento de enfermeiros, auxiliares de ação médica e outros não há necessidades permanentes?! Quem querem enganar? ----------

Aliás, é também por isso que os enfermeiros estiveram ontem em greve, convocada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, os quais saudamos. ----------

Voltemos ao que consta da listagem de compromissos plurianuais. ----------

Na perspetiva do PCP, o que importa olhar desde já é se o quadro de necessidades de serviços veterinários é exclusivamente pontual e temporário. Estamos certos que não, estamos certos que haverá um núcleo significativo de necessidades que são permanentes. E esta avaliação tem de ser feita com seriedade e dela devem ser

retiradas as devidas consequências em termos de regularização dos vínculos dos trabalhadores em causa. ----------
Pelo PCP, António Neves". (inicio: após 02 horas e 14 minutos; fim: após 02 horas e 16 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu que foi proposto pela DGAV a celebração de um protocolo com o Município, no sentido da Câmara Municipal assumir, temporariamente, a responsabilidade de certificação veterinária dos leitões, com contratações com base na prestação de serviços, o que no quadro legal existente, é muito difícil na administração pública. O Município aceitou porque a fileira do leitão tem uma importância decisiva e teve em atenção os interesses dos restauradores e dos assadores. Quanto à precariedade, foram convertidos em contratos de trabalho os contratos de avença de dezassete trabalhadores. (inicio: após 02 horas e 16 minutos; fim: após 02 horas e 22 minutos) ----------
Não havendo mais inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. ----------

4) ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE ADESÃO: ----------

A Senhora Presidente referiu que o ponto em epígrafe já tinha sido agendado no final do mandato anterior, tendo sido deliberado que uma vez que se aproximava o final do mesmo, e implicava compromissos financeiros, não era oportuna a decisão. -----
Referiu ainda que posteriormente a essa sessão foram enviados pela Associação, novos elementos, que foram sendo remetidos aos senhores membros da Assembleia, e a informação mais recente é sobre o montante da quota no valor anual de 1.250,00€. ----------
Seguidamente, perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, António Neves. (inicio: após 02 horas e 22 minutos; fim: após 02 horas e 25 minutos) ----------
O Senhor Deputado Municipal, António Neves, no uso da palavra leu a seguinte intervenção: ----------
"A adesão à chamada Associação Nacional de Assembleias Municipais já foi discutida em assembleia municipal, faz hoje um ano. Foi rejeitada por larguíssima maioria, o que, naturalmente, não impede que o assunto regresse à discussão. -----
Por parte do PCP, mantemos a posição e os fundamentos que então referimos para discordar da adesão a essa associação: ----------
- Não é necessária; já existe uma associação que representa os municípios e outra que representa as juntas de freguesia; ----------
- Discordamos de associações constituídas por presidentes de órgãos autárquicos, sejam assembleias municipais ou outros, como se fossem órgãos corporativos; -----
- A valorização das assembleias municipais não passa pela criação de uma associação desta natureza e, no caso da assembleia municipal da Mealhada, a sua valorização não passa, de forma alguma pela adesão a tal associação. ----------

Às razões de discordância com a adesão que relembrámos, acrescentamos, ainda, que estamos em total discordância com algumas ideias passadas pelos promotores da dita associação de assembleias municipais. ----------
É o que se passa com a colagem ao processo de municipalização que está em curso, fazendo, uma vez mais, convergir o PS e a direita. Mais do que a colagem, os promotores não escondem a ideia de a associação constituir-se num instrumento para a chamada "descentralização", que não o é, mas sim uma gravíssima ameaça sobre o futuro das funções sociais do Estado e o seu caráter universal, bem como um caminho para a privatização e a introdução de lógicas, processos e concepções fragmentadoras na sua prestação. ----------
Dizer, ainda, que não ignoramos a ânsia de protagonismos e de instrumentalização que se percebem nesta desnecessária mas não ingénua iniciativa. ----------
Valorizar e dignificar as assembleias municipais não passa, de todo, por aqui. Valorizar e dignificar a Assembleia Municipal da Mealhada não passa, de todo, pela adesão a essa associação. O caminho, como temos defendido, tinha de ser outro. Temo-lo sublinhado e exigido. Lamentavelmente, não temos sido ouvidos pela maioria que aqui tem assento. ----------
O PCP votará contra a adesão à chamada ANAM. ----------
Pelo PCP, António Neves" (inicio: após 02 horas e 25 minutos; fim: após 02 horas e 28 minutos). ----------
Não havendo mais intervenção, a Senhora Presidente, colocou o assunto à votação, tendo votado contra, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, António Nogueira das Neves, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques do Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Cristiana Raquel Alves Duarte, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues; votou a favor, o Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes. ----------
A Proposta de ADESÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS foi rejeitada, por maioria, com dezoito votos contra, seis abstenções e um voto a favor. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -
O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto: ----------
"Sobre a adesão do município à ANAM–Associação Nacional de Assembleias Municipais ----------

Apesar da Constituição ter previsto no artigo nº 239 sobre o poder local "uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável", o papel das Assembleias Municipais continua demasiado apagado. Em muitos casos tornou-se uma espécie de caixa de ressonância do Executivo municipal. A vida autárquica municipal está ainda longe de cumprir as disposições constitucionais. Um outro exemplo é o crescente presidencialismo, essa marca tão negativa do funcionamento autárquico que sem base constitucional tem vindo a esbater a natureza colegial do órgão executivo. ----------

Em 2013, pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi estabelecido um novo regime jurídico das autarquias locais. Foi mais uma oportunidade perdida, já que o então governo PSD/CDS-PP decidiu impor uma reorganização administrativa territorial orientada quase exclusivamente para a redução forçada de mais de 1.000 freguesias, sem levar em conta as opiniões das outras forças políticas representadas no parlamento e os pareceres dos autarcas e suas associações. A proximidade das populações, que é a principal vantagem das autarquias locais, ficou prejudicada. ---

Uma das principais funções das assembleias municipais é a de fiscalizar a atuação do órgão executivo. Nesta função, o combate ao desperdício financeiro não é assunto que possa ficar fora das preocupações dos membros dos órgãos deliberativos. ----------

Quanto mais as assembleias municipais protegerem o património municipal, quanto melhor defenderem o interesse público, maior capacidade política terão para exigir do governo mais competências e mais meios financeiros. Numa situação em que as populações reclamam melhores respostas do poder local aos seus problemas, devemos ter presente a exiguidade das verbas transferidas pelos orçamentos do Estado para as autarquias. O conjunto dos municípios, apesar de no OE de 2018 terem tido um aumento de 100 milhões de euros, receberam apenas o montante global de 2,5 mil milhões de euros. ----------

No funcionamento das assembleias municipais são necessárias mudanças. A informação e participação das populações é decisiva para ajudar a quebrar o descrédito que ainda existe por parte de muitas pessoas acerca dos autarcas. O sítio na net das assembleias municipais deve possibilitar a consulta fácil dos resumos das reuniões e a ligação de quem elege aos grupos municipais. Deve ser aumentado o número de lugares destinados ao público nas diversas sessões. A inscrição prévia, quando exista, não pode ser apenas por via presencial, sob pena de quem exerce uma profissão se ver impossibilitado de participar nas sessões públicas. E num tempo em que as tecnologias de comunicação atingiram um grande desenvolvimento, a transmissão em direto das sessões dos órgãos autárquicos deve ser uma realidade. ----------

Uma maior qualidade na intervenção dos membros da assembleia municipal tem que ser uma exigência da cidadania. Mas para acompanhar e fiscalizar adequadamente a atividade do órgão executivo é necessário criar condições de trabalho às eleitas e eleitos. Instalações, equipamentos e apoio técnico a prestar pelo Executivo

camarário aos diversos grupos municipais, conforme prevê o artigo 31º da Lei nº 75/2013. ----------

Os municípios possuem hoje maiores desafios. Responder à desigualdade social e à exclusão, serem territórios mais densos e mais verdes, com espaço público de qualidade, municípios mais adaptados às alterações climáticas, cidades mais justas. Para que sejam alcançados estes objetivos, as/os membros das assembleias municipais têm um papel imprescindível. ----------

Tendo em conta a necessidade destas mudanças nas assembleias municipais, e na expectativa de que tal fortaleça o poder local, votaremos favoravelmente a adesão deste órgão deliberativo municipal à Associação Nacional de Assembleias Municipais - ANAM. ----------

Mealhada, 29 de junho de 2018 ----------

O deputado municipal do Bloco de Esquerda, Gonçalo Lopes. (inicio: após 02 horas e 30 minutos; fim: após 02 horas e 34 minutos). ----------

5) NUNO MIGUEL FERREIRA DE MELO – PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO; ----------

A Senhora Presidente da Mesa leu o pedido de suspensão de mandato, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal, Nuno Miguel Ferreira Melo, que a seguir se transcreve: ----------

"Eu, Nuno Miguel Ferreira de Melo, escrevo-lhe na qualidade de membro eleito da Assembleia Municipal da Mealhada, em representação da coligação "Juntos pelo Concelho da Mealhada", para lhe solicitar o seguinte: ----------

- ao abrigo do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Mealhada (RAMM), solicito a suspensão temporária do meu mandato, até à data de 31 de Dezembro de 2018. O meu pedido prende-se com questões pessoais e profissionais que limitam de forma quase total a minha disponibilidade para exercer o cargo para o qual fui eleito, de forma capaz e de acordo com as expectativas dos eleitores. Se assim for necessário, poderei detalhar de forma mais precisa, os motivos que estão na base do meu pedido ----------

- em consequência do meu pedido inicial, solicito ainda que possa proceder à minha substituição, nos termos do supra referido RAMM e de acordo com os artigos número 20 e 18 desse documento ----------

Nuno Melo" ----------

A Senhora Presidente da Mesa colocou o pedido de suspensão à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Paula Ribeiro Coelho, Cristiana Raquel Alves Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, António Nogueira das Neves, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de

Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça e o Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, absteve-se. ----------
O pedido de SUSPENSÃO DE MANDATO DE NUNO MIGUEL FERREIRA DE MELO foi aprovado, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

6) PROPOSTA N.º 12/2018 – CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, António Neves e Gonçalo Lopes. ----------
1) O Senhor Deputado Municipal, António Neves, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção: ----------
"O denominado "Código de Ética e de Conduta da Câmara Municipal da Mealhada" a que diz respeito este ponto da ordem do dia chega à Assembleia, apenas, para conhecimento; não para ser por nós aprovado. ----------
Sentimo-nos, no entanto, no direito e na obrigação de, sobre ele, tecer algumas considerações. ----------
Um reparo geral dirigido a quem o aprovou em sessão de câmara: o texto que nos é dado a conhecer é pouco consistente, vago e confuso até nos seus propósitos. Em suma: é muito fraco. ----------
Julgamos que está por demonstrar a necessidade de um código desta natureza. Não basta falar em ética e em conduta, em princípios e em valores para que se autojustifique. Surgirá por algum comando exterior, algum ditame da União Europeia? Surgirá apenas porque estes documentos são um dos fetiches dos tempos modernos? As motivações não estão suficientemente elucidadas. ----------
No início, é-nos dito que se pretende estabelecer um conjunto de princípios e valores que deve ser reconhecido por todos os "colaboradores" do município. Que categoria é esta, a dos "colaboradores"? Verificamos, na listagem a seguir que não são só os trabalhadores. E estes não são essa coisa de "colaboradores", são, isso sim, TRABALHADORES; não retirem aos trabalhadores o seu valor e a sua insubstituível condição! ----------
Percebe-se que o recado é, fundamentalmente, para os trabalhadores do município. Mas não fica claro, a quem imaginam que vão aplicar o dito código. Por exemplo, alguém teve a ideia de que a nós que somos eleitos neste município, aqui na assembleia, também se aplicaria? Era só o que faltava! A Câmara aprovava e nós levávamos com o código? ----------
Como dizíamos, o articulado parece dirigido aos trabalhadores. Gostaríamos de saber que envolvimento destes trabalhadores houve e que negociações existiram com as suas organizações representativas? Ou os senhores vereadores e o senhor presidente que aprovaram acham que podem decidir e mandar aplicar a terceiros um código de ética e de conduta e toca a andar?! ----------
Mas é preciso dizer também da inutilidade deste código, não obstante este tipo de documentos poder ter utilizações perversas. Por exemplo, a subordinação ao

interesse público, à Constituição e à Lei carecem de codificação a este nível?! Mas para que é isto? ----------
Mais, há critérios enunciados que decorrem do próprio estatuto disciplinar do funcionário público. Há comandos que estão inscritos na própria regulamentação profissional dos trabalhadores, nas normas e conteúdos funcionais das categorias, que são referência dos contratos celebrados. Será útil escrever num texto destes que os trabalhadores não podem discriminar injustificadamente (parece que há a possibilidade de ser justificadamente...) por razão da nacionalidade, do género, da cor, da raça (seja também isto o que for)? É preciso dizer que os agentes públicos não podem retirar vantagens pessoais do exercício das suas funções? Homessa! --
Não concordamos com esta iniciativa e, em particular, com este documento que foi aprovado pela câmara. Se o que se pretende é a defesa do interesse público, o que se exige dos trabalhadores é, tão só, que cumpram as suas obrigações estatutárias e profissionais. Se se pretende defender o interesse público, é preciso cumprir a Lei e a Constituição. É simples, para quê complicar? ----------
E, já agora, como garante insubstituível do interesse público, designadamente, quanto ao dever de isenção, é preciso recuperar o vínculo público por nomeação que foi tirado aos trabalhadores da administração pública pelo governo do PS no tempo de Sócrates! É isto é que é preciso fazer, e não brincar aos códigos e às éticas. -----
Quanto aos políticos que são referidos neste documento mas, depois, como se previa, pouco ou nada visados, que cumpram as promessas, que sejam sérios e coerentes, que não sejam umas vezes isto, outras aquilo, que não sirvam outros interesses que não os das populações que os elegem. Mas estas coisas têm a ver, mais do que tudo, com opções e posturas políticas e não com duvidosos códigos de ética e de conduta. ----------
Pelo PCP, António Neves".(inicio: após 02 horas e 36 minutos; fim: após 02 horas e 41 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção: ----------
"O Bloco de Esquerda começa por congratular a adoção de um Código de Ética e Conduta da Câmara Municipal da Mealhada, o qual sistematiza todos os princípios legais, éticos e sociais a serem cumpridos por todos os agentes públicos (sendo estes todos os eleitos, dirigentes e trabalhadores da autarquia), de forma a exercerem um serviço público de qualidade aos cidadãos. E tendo em conta os vários documentos nacionais e internacionais (entre eles, algumas leis e decretos-lei) que serviram de base a este documento, impera uma enorme responsabilidade sobre o seu cumprimento, pelo que o Bloco se manterá vigilante e pretende salientar os seguintes pontos: ----------
- A valorização dos cidadãos, com a criação de todas as condições necessárias para que se mantenham no município (condições profissionais, habitacionais, de saúde, lazer); ----------
- A melhoria da qualidade e do acesso aos serviços públicos a todas as pessoas, dando especial atenção às limitações físicas ou psicológicas; ----------

- A transparência e clareza das decisões tomadas; ----------
- O respeito por todos os cidadãos participantes e interessados nos problemas que o Concelho apresenta, permitindo que se enalteça a democracia participativa; -------
- A legalidade do exercício das funções de todos os agentes públicos; ----------
- A igualdade no tratamento dado a todos cidadãos, estando os agentes públicos impedidos de discriminar injustificadamente com base na nacionalidade, género, raça, cor, características genéticas, origem étnica ou social, língua, religião ou crença, opiniões políticas ou outras, condição económica, deficiência, idade ou orientação sexual. ----------
- A imparcialidade no exercício das funções dos agentes públicos, assim como a obrigação de renunciarem a qualquer situação de conflito de interesses, sendo estes tópicos fundamentais para a prevenção da Corrupção. ----------
- A responsabilidade e o profissionalismo são características fundamentais de um agente público, assim como o cumprimento do sigilo profissional. ----------
Muito mais haveria a realçar, mas o mais importante será o rigor na execução deste Código de Ética e Conduta, assim como esperamos que todas as situações de incumprimento sejam devidamente reportadas e analisadas. ----------
Mealhada, 29 de junho de 2018 ----------
O deputado municipal do Bloco de Esquerda, Gonçalo Lopes". (inicio: após 02 horas e 41minutos; fim: após 02 horas e 44 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que afirmou que o Código de Ética e de Conduta em causa poderia não ser a obra mais bem acabada do mundo, mas foi um documento analisado e aprovado por unanimidade pelo executivo e está imbuído do que se entende defender o interesse público, sendo um conjunto de regras para eleitos e funcionários que cumpre a legislação em vigor no País. Referiu não ver motivo para tantas críticas, por parte do Senhor Deputado Municipal da CDU, e relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, entendeu que algumas coisas teriam enquadramento, podendo o Código sofrer alguma melhoria, numa outra oportunidade. Acrescentou que o Código foi aprovado pela Câmara e foi dado conhecimento à Assembleia, não carecendo da aprovação da mesma, tal como previsto na lei. (inicio: após 02 horas e 44minutos; fim: após 02 horas e 46 minutos)
Não havendo mais inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DA CMARA MUNICIPAL DE MEALHADA ----

7) PROPOSTA N.º 45/2018 – ALIENAÇÃO DE LOTES NA Z.I.P. – RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DO LOTE N.º 33 DA Z.I.P.: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, António Neves, que no uso da palavra, leu a seguinte intervenção: ----------
"Falámos, já hoje, da valorização e dignificação desta assembleia. Repetimos que não é com a adesão a coisas como a tal Associação Nacional de Assembleias Municipais que se valoriza e dignifica, objetivos que, antes do mais devem ter em

conta as populações do concelho da Mealhada e o funcionamento concreto deste órgão. ----------

Mas é com coisas como a que agora vamos discutir, com procedimentos como aquele que vamos criticar, que se mostra a importância que é atribuída a esta assembleia. Na cabeça de alguns dos que aqui estamos – já o temos dito – a Assembleia Municipal é uma formalidade, uma chatice que tem de se aturar, uma mera caixa-de-ressonância da vontade e do querer da Câmara, mais propriamente, do seu presidente; pouco mais do que isso. Para alguns, a vida autárquica municipal, tirando umas cerimónias e sessões solenes, esgota-se na intervenção ao nível do executivo camarário. Alguns dos que aqui são eleitos, não pensam diferente dos que, de fora, olham enfadados para a assembleia e as suas sessões! Não há vida autárquica nem há democracia, participativa ou representativa, para lá da Câmara e do seu presidente----------

O PCP vai votar a favor da ratificação da deliberação tomada pela Câmara quanto à alteração do preço do lote n.º 33 da Zona Industrial da Pedrulha. Fomos sensíveis aos argumentos apresentados; entendemos que a decisão pode facilitar a ocupação daquele lote, espera-se, com vantagens para o município, para os trabalhadores que possam vir a laborar naquele espaço e para os empresários que ali invistam. Não deixamos, como aconteceu no passado, de expressar preocupação pela perda, no imediato, de receita. A deliberação assim o implica mas se, desta maneira, se tornar possível a ocupação de um lote ao qual são imputadas problemas acrescidos para a implantação, o PCP e esta assembleia estarão a dar um contributo que é, sublinhe-se, obrigatório para a resolução da situação. ----------

Agora o que temos a criticar. ----------

Com data de 23 de maio, está divulgado na página eletrónica do município um aviso que abriu concurso público para a alienação dos lotes números 33 e 34 da Zona Industrial da Pedrulha. No caso do lote 33, a informação que consta é a de que o preço é de 10,00 euros por metro quadrado – e não 14,00 euros, como o regulamento prevê –, estabelecendo um prazo de 45 dias para a apreciação das candidaturas. --

Quer isto dizer que a Câmara lançou o concurso antes da decisão que compete a esta assembleia tomar. E é à Assembleia Municipal da Mealhada e a mais ninguém que compete ratificar, validar a decisão de descida do preço dos terrenos da zona industrial. ----------

Sabemos que a Câmara e o PS confiam na maioria de apoio que têm aqui na Assembleia. É natural. Já tem sucedido… ----------

Mas este exemplo, do lançamento do concurso, como diz o povo, contando com o ovo no dito da galinha, é um exemplo eloquente da consideração que a Assembleia Municipal merece ao PS e aos seus responsáveis concelhios. ----------

Ainda assim, o PCP ratificará a decisão de alteração do preço. ----------

Pelo PCP, António Neves"(inicio: após 02 horas e 46minutos; fim: após 02 horas e 51 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu que a Câmara pediu ratificação porque uma empresa tinha pedido a

resolução do assunto no mais curto espaço de tempo, uma vez que não concorreu, pelo facto do administrador português do grupo ter estado ausente durante dois meses do País, mas nunca seria realizada a escritura do terreno sem que a Assembleia Municipal deliberasse sobre a ratificação. Informou ainda que a diferença de valor dos lotes fica a dever-se ao facto do lote 34 ser muito melhor que o lote 33 porque para poder construir neste será necessário gastar muito dinheiro e por isso foi baixado o preço, na tentativa de aliciar empresas. Acrescentou que estando a referida empresa interessada ou não em concorrer, a Câmara irá abrir novo concurso uma vez que está habilitada pela ratificação da Assembleia Municipal. (inicio: após 02 horas e 51minutos; fim: após 02 horas e 55 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, a RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DO LOTE N.º 33 DA Z.I.P. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

8) PROPOSTA N.º 47/2018 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MEALHADA AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA – COVENANT OS MAYORS FOR CLIMATE & ENERGY: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, António Neves que no uso da palavra, leu a seguinte intervenção: ----------

"Senhora Presidente da Assembleia Municipal, ----------

O PCP solicita que aclare o conteúdo deste ponto da ordem do dia! ----------

O executivo municipal fez aqui chegar uma proposta de adesão do município a um designado Pacto de Autarcas para o Clima e Energia. ----------

O que é esperado que a Assembleia Municipal faça? ----------

- Apenas que se pronuncie sobre uma decisão já tomada pela Câmara, dizendo, eventualmente, se acha bem ou não, mas já está tomada? ----------

- Ou compete a esta assembleia, efetivamente, deliberar acerca do assunto, sob proposta da Câmara e, portanto, aprovar ou não a adesão do município?! ----------

Para o PCP, isto não está claro. Parece-nos que a decisão que a Câmara tomou tem de ser aprovada pela Assembleia e, portanto, é agora que se confirma ou não! ------

Mas, se assim for, mais uma vez encontrámos um comunicado de imprensa que é da responsabilidade do executivo e que informa os munícipes de que a questão da adesão já está resolvida. Diz o comunicado, em título: "Câmara adere ao pacto para o clima e energia". E prossegue: "A Câmara da Mealhada vai aderir ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia". Tem data de 20 de junho. ----------

Se se confirmar – e solicitamos à senhora presidente que o faça – que a aprovação da adesão compete à Assembleia, como se explicam os termos do comunicado que insistem na desvalorização do papel e das competências da Assembleia Municipal? Quem redige estes comunicados de imprensa pode, até, ter a ideia errada de que o Poder Local é aquilo que antes o povo chamava a "Senhora Câmara" e que tutela a

área da comunicação. Todavia, entendemos, que deve ser responsabilidade desta tutela zelar para que a informação aos munícipes seja rigorosa, não constitua mera propaganda da ação camarária e não seja um repetido elemento de desvalorização da Assembleia Municipal. ----------

Quanto à apresentação da proposta que nos foi enviada, a fundamentação é ancorada na referência a "valores patrimoniais e ambientais" do município e da região que, indiscutivelmente, são valores relevantes mas que nos parecem insuficientes para enquadrar a necessidade de iniciativas nos âmbitos do clima e da energia. ----------

Ao subscrever o pacto, o município compromete-se a reduzir as emissões de dióxido de carbono (e eventualmente outros gases que contribuem para o efeito estufa) em 40%. O compromisso é meritório, embora conheçamos, nestas áreas, inúmeros compromissos meritórios mas que ficam sem concretização. ----------

Desde logo, se o compromisso é a redução em 40%, qual é o nível atual de emissões, isto é, o nível de que o município vai partir à data da subscrição do pacto? E, concretizando as indicações genéricas de instrumentos para conseguir essa redução, que exemplos de medidas de grande impacto estão já na mente de quem aprovou esta proposta de adesão ao pacto? ----------

Olhando, agora, para o documento que nos foi enviado de divulgação do tal Pacto para o Clima e a Energia, algumas derradeiras notas. ----------

Esta brochura afirma que os autarcas, ao aderir ao pacto reconhecem várias coisas... E lá está aquela coisa das "lideranças fortes" e mais um conjunto de exigências com que os autarcas se vinculam... Mas esquecida fica a questão fundamental para os perceber e, mais do que isso, para intervir sobre os graves problemas do clima e da obtenção e consumo de energia. ----------

É que esses problemas não têm solução nem redução sustentada no quadro do modelo de sociedade unipolar que domina o mundo. O capitalismo organiza-se e visa a crescente acumulação de riqueza numa ínfima parte da humanidade. O lucro é o único pacto aceite pelo capitalismo, um pacto entre uma pequena minoria contra a quase totalidade de humanidade. A exploração do trabalho e dos recursos naturais são a lógica e a dinâmica deste modelo de sociedade. Às vezes parece que o capitalismo não é só isso mas são apenas aparências... ----------

Neste Pacto a que a Câmara decidiu, por unanimidade, aderir, nem por um momento, nem por uma frase se percebe aquilo que é urgente perceber: sem um outro modelo de sociedade, sem um mundo melhor, sem a superação do capitalismo, não haverá solução para os ameaçadores problemas climáticos, nem para as problemáticas questões das fontes e do consumo de energia. Sem isso, continuaremos a fazer cócegas, enquanto a Humanidade corre o risco de ser extinta à ordem do lucro e da acumulação, o único pacto aceite pelas classes dominantes. ----------

Pretendendo ver aclarado o conteúdo deste ponto da ordem do dia, ainda assim o PCP não se oporá à subscrição do designado Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia. ----------

Pelo PCP, António Neves" (inicio: após 02 horas e 56minutos; fim: após 03 horas e 02 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente referiu que de facto nos regimes não capitalistas, temos exemplos gravíssimos de problemas ambientais, e não se pode esquecer o desastre de Chernobyl, estando mais que provado que a história vai-se fazendo, sendo verdade que nos regimes onde se procurou coletivizar a propriedade, desembocamos nos capitalismos mais selvagens que a história conheceu, aconselhando o Senhor Deputado Municipal a visitar Pequim e aí perceberá o capitalismo mais selvagem, mais desregrado que o mundo está a conhecer, e é uma regime socialista e na União soviética tivemos Chernobyl e outros casos também muito graves. Também é verdade que as algumas das crianças que foram atingidas pela desgraça de Chernobyl, hoje estão a ser tratadas nos países dito capitalistas. ----------

Quanto às competências da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente esclareceu que a lei estabelece no artigo n.º 25.º, alínea k), da Lei n.º 75/2013, e devidamente mencionado no ofício enviado, que a Câmara Municipal aprova, e de seguida, a Assembleia, tal como foi feito. (inicio: após 03 horas e 02 minutos; fim: após 03 horas e 04 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, aprovar a ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MEALHADA AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA – COVENANT OS MAYORS FOR CLIMATE & ENERGY: ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

9) PROPOSTA N.º 54/2018 – PROPOSTA DE ADESÃO À FEDERAÇÃO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes que questionou se todas as unidades de alojamento e restauração do Concelho da Mealhada ficariam abrangidas ou se seria restrito a algumas. (inicio: após 03 horas e 05 minutos; fim: após 03 horas e 06 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que os Caminhos de Santiago são feitos e sinalizados por uma associação e a única intervenção da Câmara Municipal é disponibilizar informação no Posto de Turismo sobre alojamentos e restaurantes existentes no Município. (inicio: após 03 horas e 06 minutos; fim: após 03 horas e 08 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Paula Ribeiro Coelho, Cristiana Raquel Alves Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, António Nogueira das Neves, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos,

Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça e o Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, absteve-se. ----------
A PROPOSTA DE ADESÃO À FEDERAÇÃO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

10) PROPOSTA N.º 55/2018 – DISSOLUÇÃO DA WRC: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, Gonçalo Lopes e Luís Brandão. ----------
1) O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, interveio para perguntar quais os verdadeiros prejuízos para o Município da Mealhada. (inicio: após 03 horas e 09 minutos; fim: após 03 horas e 10 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informou que o Município da Mealhada tem uma participação de 0,36% do capital social da WRC e que na ante penúltima Assembleia Geral os senhores administradores apresentaram a renúncia aos mandatos. Com a assessoria técnica, analisado o Código das Sociedades Comerciais, os estatutos da WRC e a situação concreta, não foi encontrada outra solução que não a sua dissolução. Quanto ao prejuízo não chegará aos mil euros, mas para outro Município já representará centenas de milhares de euros, situação não desejável para os Municípios que integram a WRC.(inicio: após 03 horas e 10 minutos; fim: após 03 horas e 17 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, no uso da palavra, questionou se a WRC está sem funcionamento, se não haverá alguém prejudicado com o seu encerramento, e como incubadora, se teve apoio de fundos comunitários e se foram feitas auditorias fiscais e financeiras à entidade. (inicio: após 03 horas e 17minutos; fim: após 03 horas e 18 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu que o Município de Anadia é proprietário dos edifícios e a incubadora de empresas é para continuar, devendo as empresas que têm a situação regularizada fazer os pagamentos ao Município de Anadia. Acrescentou que o assunto foi entregue a duas equipas de revisores oficiais de contas. (inicio: após 03 horas e 18 minutos; fim: após 03 horas e 21 minutos) ----------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o assunto à votação tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Paula Ribeiro Coelho, Cristiana Raquel Alves Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, António Nogueira das Neves, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Luís

Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça e o Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, absteve-se. ----------

A PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA WRC foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

11) PROGRAMA DE APOIO À NATALIDADE E AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – INFROMAÇÃO N.º 30/AS/2018: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Municipal, Cristiana Duarte. ----------

A Senhora Deputada Municipal, Cristiana Duarte, no uso da palavra, referiu os apoios à natalidade já concedidos, questionando sobre a existência de dados para ser avaliado o impacto do programa de apoio à natalidade, no futuro, nos nascimentos no Concelho. (inicio: após 03 horas e 22 minutos; fim: após 03 horas e 23 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informou que já foram apoiados vinte e dois nascituros, treze do sexo masculino e nove do sexo feminino, sendo onze casos da União das Freguesias, cinco em Casal Comba, três no Luso, dois em Barcouço, e um, na Pampilhosa. Referiu ainda que não houve nenhuma candidatura reprovada e que o programa de apoio à natalidade não resolve o problema demográfico mas será uma pequena ajuda, facilitando a vida às pessoas com menores rendimentos. (inicio: após 03 horas e 23 minutos; fim: após 03 horas e 27 minutos) ----------

--------E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 24 horas e 30 minutos, do dia 30 de junho de 2018, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, _____ Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99,de18 de Setembro. ----------

_____